



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2014

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DE 27/03/2015

TM JLC
J21
*

ÍNDICE

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução, pág. 3

A2 – Estrutura orgânica, pág. 4

A3 – Programa de redução de custos, pág. 4

A4 – Recursos Humanos, pág. 5

A5 – Qualificação, pág. 5

A6 – Formação profissional, pág. 5

A7 – Atividade Editorial, pág. 5

A8 – Evolução de negócios, pág. 8

A9 – Cooperação, pág. 10

A10 – Atividade internacional, pág. 10

A11 – Inovação/Modernização, pág. 11

A12 – Investimento, pág. 12

A13 – Análise económica e financeira, pág. 12

A14 – Demonstrações financeiras, pág. 17

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2014, pág. 22

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 50

D – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS, pág. 51

E – GRELHA DE PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA, pág. 59

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

77 JSC
JSC
JSC

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2014 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O exercício de 2014 foi, à semelhança de 2013, fortemente influenciado pela redução de 31,3% no valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, para vigorar no triénio 2013-2015.

Apesar das medidas de racionalização de custos e dos esforços comerciais desenvolvidos, que se traduziram num aumento de 251 mil euros nas vendas, não foi possível ultrapassar o impacto que o fim da suspensão do pagamento do subsídio de férias teve nas contas da Empresa e o agravamento registado no imposto do exercício, como consequência do desreconhecimento de impostos diferidos relativos a exercícios anteriores.

Neste contexto, pelo segundo ano consecutivo, a Lusa registou resultados operacionais e resultados líquidos negativos, de 84.524,55 euros e 802.415,11 euros, respetivamente.

Não obstante estes resultados, a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, prosseguiu com as políticas de consolidação e reforço como agência multimédia produtora e distribuidora de conteúdos noticiosos e de informação para múltiplas plataformas.

No âmbito da produção de conteúdos deve registar-se, também, que a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

A Lusa constituiu-se, ainda, como um importante fator de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, pela intensificação e afirmação da presença da Agência no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.

Para 2015, o principal desafio que se coloca à Empresa será o de elaborar a proposta a apresentar ao Estado para um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, para vigorar no triénio 2016-2018, que se centrará na reapreciação das obrigações inerentes à prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público e respetiva contrapartida financeira, permitindo à Empresa reencontrar o equilíbrio económico e financeiro, necessário ao desenvolvimento da sua atividade.

T7 JSC
↓
JSC
↓

A2 – Estrutura orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no/a Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador/a-delegado/a, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as três direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Operações e Mercado, que controla a gestão dos sistemas de informação e promove a venda de serviços e a sua imagem; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, recursos humanos, compras, gestão de frota e secretariado de apoio aos órgãos sociais.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, dispondo de três delegações em território nacional e oito no estrangeiro, e conta também com uma rede de correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 países de todo o mundo.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



O lugar de Secretário Geral, apesar de previsto na organização, não se encontra preenchido.

A3 – Programa de redução de custos

Durante o exercício de 2014, a Lusa prosseguiu os esforços de redução de custos em todas as áreas, nomeadamente, aplicando as determinações da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014), continuando a renegociação de contratos com fornecedores. Os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços

TM JSC
JPA
D

externos registaram, face ao período homólogo, diminuições de 6,5% e 0,9%, respetivamente.

A4 – Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2014, o total de efetivos da Agência é de 264, igual ao do ano anterior.

Entre os 264 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 12 requisitados e licenças sem retribuição e 30 em situação de pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 221, que compara com 222 em 2013.

Do efetivo total, 29,55% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (compara com 33,71% em 2013), 27,65% trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 32,20% em 2013), e 50% são mulheres (compara com 49,6% em 2013).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 209 elementos, correspondente a 79,16% de todos os trabalhadores, dos quais 181 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (compara com 177 em 2013), 16 estão em situação de pré-reforma e 12 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

A5 – Qualificação

No universo de 264 trabalhadores da Lusa, 50,37% têm como qualificações o nível do ensino superior, 39,77% o nível do ensino secundário, 7,58% o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,28% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A6 – Formação profissional

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Em 2014 foram também efetuadas as seguintes ações de formação: “Língua Portuguesa”, que envolveu 36 jornalistas; “Orçamento do Estado 2014, Reforma de IRC, Encerramento de Contas/Aspetos Contabilísticos/Fiscais, Perdas por Imparidade e Créditos Incobráveis em IVA/IRS, Tributação não residentes/enquadramento fiscal em IRS/IRC”, a uma Técnica Superior; “Pós-Graduação em Jornalismo Internacional de Língua Portuguesa”, a um jornalista; “Jornalismo de Agência”, a 158 jornalistas; e “Fotografia para Jornalistas”, a um trabalhador do Centro de Documentação e Imagem.

A7 – Atividade Editorial

A Direção de Informação (DI) acelerou em 2014 o esforço editorial em áreas consideradas prioritárias, nomeadamente no que diz respeito à Lusofonia e à Agenda.

TT JSL
 JSL
 A

No que respeita à Lusofonia, os correspondentes da Lusa em Angola, Moçambique e Timor-Leste foram substituídos, através do processo de rotação normal e foi feito um acerto sobre a linha editorial pretendida. Pede-se agora uma maior aposta nos temas de Sociedade, Cultura e Economia. Solicitou-se também uma maior atenção aos itens de Agenda, de forma a “alimentar” o novo serviço de Agenda Online.

Com uma produção maior, mais diversificada e coerente na área da Lusofonia, a DI iniciou também a publicação de boletins noticiosos dirigidos para alguns países e territórios de língua oficial portuguesa (Angola, Moçambique e Macau).

O aumento da oferta de itens de agenda também levou a um reforço editorial nesta área com a criação do lugar de editor adjunto, na sede.

A DI introduziu também um sistema de transmissão em direto de imagens de TV (tecnologia Teradek) para a redação da Lusa, de forma a encurtar os tempos para a entrega das imagens aos clientes de LusaTV.

Todos os jornalistas da Lusa tiveram oportunidade de frequentar um programa de formação sobre jornalismo de agência, em Lisboa, que incidiu nas áreas de Técnicas e Linguagem de Jornalismo de Agência, Jornalismo Multimédia e Estratégia Editorial.

A DI iniciou em 2014 a prática de convidar jornalistas de Órgãos de Comunicação Social (OCS) clientes dos seus serviços para perceber melhor as necessidades dos seus utilizadores.

A DI obteve excelentes resultados editoriais na cobertura noticiosa em diversas áreas, com destaque para o Mundial de Futebol, no Brasil, e as Eleições Europeias.

A DI arrancou com os projetos de duas pós graduações, em parceria com dois estabelecimentos de ensino superior: pós graduação em Jornalismo Internacional em Língua Portuguesa, com o ISCTE, em Lisboa; pós graduação em Jornalismo Especializado, com a Universidade Fernando Pessoa, no Porto.

Produção editorial

A produção editorial da Lusa ascendeu a 225.453 conteúdos únicos, sendo a média diária de 618, conforme quadro seguinte:

Tipo	2014		
	N.º (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	48.623	133	21,6%
Conteúdos mistos	33.288	91	14,8%
Vídeos	5.491	15	2,4%
Notícias texto	118.986	326	52,8%
Outros conteúdos texto	6.710	18	3,0%
Áudio	10.685	29	4,7%
SMS	1.602	4	0,7%
Gráficos/Infografias	68	0	0,0%
Total	225.453	618	100,0%

T7 JSL
JSL
P

Relativamente ao ano anterior, regista-se um decréscimo na produção anual de conteúdos (225.453 compara com 231.276 em 2013), ou seja, uma diminuição de 2,5%.

É de assinalar o crescimento de cerca de 7% na fotografia. As maiores diminuições notam-se na produção de infografias (volume pouco significativo), de SMS (-22%), de vídeos (-17%) e de áudio (-16%). As notícias de texto, que representam mais de metade da produção, desceram cerca de 4%.

Como se demonstra pelo quadro abaixo, a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, em 21 de dezembro de 2012, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

Tipo	Média por dia	
	Produção em 2014	Contrato Serviço Público
Áudio	29,3	10-20
Fotos	133,2	30-50
Notícias texto	326,0	300-400
Vídeos	15,0	5-10

O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da Agência em 2014 comparativamente com a registada em 2013 e 2012, agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se inscreve a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso – notícias distribuídas – em valores que resultam da própria classificação temática.

Temas	Texto			Foto			Vídeo			Áudio		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Acidentes e desastres	8.930	9.210	8.496	1.592	1.986	2.017	167	195	214	271	354	272
Ambiente	6.168	4.665	4.012	1.070	710	714	195	222	177	505	416	330
Artes, cultura e entretenimento	14.089	13.294	12.309	6.866	6.519	6.782	967	1.150	1.344	821	871	814
Ciência e tecnologia	3.019	3.254	2.751	311	306	388	89	105	93	248	272	219
Crime, lei e justiça	19.208	20.312	18.482	1.670	1.262	1.870	297	351	464	841	1.043	802
Desporto	30.457	29.322	28.387	15.253	12.781	14.235	1.525	1.659	2.041	1.341	1.551	1.503
Economia, negócios e finanças	55.509	55.783	59.191	6.364	5.404	6.276	1.799	2.300	2.567	4.164	4.996	4.964
Educação	7.701	6.610	5.306	1.260	1.460	1.170	239	332	359	597	808	651
Estilo de vida e lazer	5.849	4.086	2.981	526	735	625	194	257	259	286	235	159
Guerras e conflitos	14.235	13.422	12.695	1.837	1.967	1.365	277	294	371	450	498	401
Interesse humano	6.591	5.987	3.833	834	1.697	1.734	224	263	197	251	313	176
Política	65.862	67.942	66.046	17.738	15.806	17.339	2.052	2.643	3.312	6.660	7.724	7.269
Religião	2.546	2.970	1.927	898	957	912	77	131	138	142	214	149
Saúde	8.927	7.495	7.064	1.297	895	920	242	252	316	697	720	780
Sociedade	29.530	27.070	24.177	2.150	2.094	1.522	946	1.313	1.639	1.901	2.270	2.287
Trabalho	8.773	11.045	11.162	1.739	1.979	2.391	409	626	826	1.022	1.399	1.316
Outros	12.745	13.047	13.450	1.061	915	663	228	445	490	838	724	709
Total	300.139	295.514	282.269	62.466	57.473	60.923	9.927	12.538	14.807	21.035	24.408	22.801

Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas não coincide com o número de notícias produzidas.

Além da diversidade de conteúdos distribuídos pela Lusa, entre os 17 temas inscritos no quadro acima, em termos de textos destacam-se a Política (22%), Economia (18%), Desporto (10%) e Sociedade (10%) que, no conjunto, representam 60% do texto

TM JSC
JZL
P

noticioso. Comparando com 2013, este agrupamento de temas mantém a liderança na distribuição de notícias/texto, registando face ao valor global um ligeiro decréscimo de menos de 1%, relacionado com a redução do noticiário de Política e Trabalho. Trata-se, enfim, de uma variação materialmente irrelevante uma vez que em nada altera a estabilidade do fio noticioso da Agência.

Quanto à Fotografia, os temas de Política (28%) e de Desporto (24%) representam mais de 50% do serviço de fotos distribuído. O acréscimo global de 9%, comparando com 2013, deve-se sobretudo ao aumento nos temas Desporto (+19%), Economia (+18%) e Política (+12%). Em sentido contrário, verificam-se descidas nos temas de Acidentes, Educação, Trabalho, Guerras e Interesse Humano.

A8 – Evolução de negócios

A evolução de negócios em 2014, à semelhança dos anos imediatamente anteriores, foi condicionada por conjunturas económicas, financeiras e sociais adversas que afetaram o mercado da Comunicação Social, onde se inserem os principais clientes da Agência. No entanto, com a reestruturação interna ocorrida através da criação da Direção de Operações e Mercado, por fusão das anteriores Direções Comercial e Técnica, bem como pelos novos processos de trabalho implementados, foi possível fazer crescer os valores globais das vendas.

A abordagem ao mercado passou de uma forma essencialmente reativa, para uma postura de proatividade e de antecipação de necessidades dos vários clientes ou de potenciais novos clientes. Foram lançados alguns novos produtos, para diferentes segmentos de mercado, assim como campanhas específicas para determinados setores ou eventos. Exemplos disso são a campanha efetuada junto das autarquias locais, do Mundial de Futebol ou das Eleições Europeias.

O quadro seguinte indica o incremento da receita total da Lusa, em 2%, resultante principalmente do crescimento das receitas fora do contrato com o Estado, que representam 89% do aumento global registado. Destacam-se as áreas de negócio ligadas à comunicação social, nomeadamente os Grandes Órgão de Comunicação Social (GOCS) com um crescimento superior a 12% em relação a 2013, e ainda o Mercado Externo com um crescimento de mais de 13%. Excluindo o contrato com o Estado, nota-se um crescimento global das receitas de 7% em 2014, por contraponto com as quedas acentuadas nos três exercícios anteriores, de 20% entre 2010 e 2013.

TM JSL
 JSL
 JSL

(Valores em Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2014	2013	VARIÇÃO 2013/2014	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.729.690,31	1.540.534,49	189.155,82	12,3%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	238.994,43	225.416,43	13.578,00	6,0%
EMPRESAS	902.266,24	893.706,66	8.559,58	1,0%
INSTITUCIONAL	11.052.234,46	11.045.920,48	6.313,98	0,1%
Contrato com o Estado	10.732.100,04	10.700.000,00	32.100,04	0,3%
Outros	320.134,42	345.920,48	-25.786,06	-7,5%
GRANDE PÚBLICO	8.003,16	8.647,87	-644,71	-7,5%
OUTROS	64.532,68	67.685,96	-3.153,28	-4,7%
SUBTOTAL	13.995.721,28	13.781.911,89	213.809,39	1,6%
MERCADO EXTERNO	598.503,08	529.222,29	69.280,79	13,1%
TOTAL	14.594.224,36	14.311.134,18	283.090,18	2,0%

Clientes e serviços

Atenta aos sinais do mercado, a Lusa definiu em 2014 uma estratégia comercial muito focada nas necessidades dos clientes e do mercado, tendo para isso definido os seguintes princípios orientadores:

- Fidelização dos clientes existentes através da intensificação do apoio prestado, por forma a encontrar soluções adequadas às suas crescentes dificuldades, continuando a fornecer-lhes um serviço de qualidade;
- Prospecção de outros mercados, sobretudo em novas plataformas multimédia, com a oferta de formatos mais adaptáveis à conjuntura;
- Prospecção de novos produtos que se adaptem às necessidades e novas tecnologias solicitados pelos principais clientes;
- Política de preços e produtos adequada ao mercado;
- Melhores meios de distribuição e com menores custos;
- Adaptação da oferta de produtos, especialmente aos pequenos nichos de mercado e aos meios mais especializados.

Para além dos resultados evidenciados no mapa de receitas acima, é de salientar que foram efetuados cerca de 70 novos contratos de venda de serviços por avença, seja para clientes que já tinham uma relação com a empresa ou novos. O valor desses novos contratos, em velocidade cruzeiro (num ano completo e sem descontos iniciais), já reduzido dos valores dos contratos e clientes perdidos no mesmo período de 2014, equivale a cerca de 492 mil Euros. Este valor, por sua vez, corresponde a 13,6% das vendas totais de 2013, sem o contrato com o Estado.

T7 JSL
JSA
A
H

Prestação de serviços

A estratégia comercial e de marketing prosseguida, juntamente com os novos processos de trabalho, e ainda as sinergias aferidas entre as áreas técnicas e comerciais, permitiram um crescimento de vendas muito acentuado, nos vários setores, mas em particular no mercado tradicional (GOCS e Pequenos Órgão de Comunicação Social - POCS). A exceção verificou-se na área institucional, fora do contrato com Estado, devido, sobretudo, à desistência do contrato por parte do CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo).

A9 – Cooperação

A Lusa intensificou, em 2014, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção. Neste âmbito destaca-se o apoio continuado na manutenção do sítio da Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias.

No âmbito do aprofundamento das relações de cooperação com entidades do mundo da Lusofonia devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Participação da Lusa, representada pelo Vice-presidente do Conselho de Administração, a convite do Governo de Timor, na conferência sobre a criação de uma agência de notícias em Timor, realizada em Díli, em agosto;
- Visita à sede da Lusa da Gerente executiva da Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias, Dra. Joana Olinda Miranda, em setembro.

A10 – Atividade internacional

A Lusa prosseguiu, em 2014, a afirmação da sua presença em instituições internacionais de que faz parte: EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora); AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies; EANA – European Alliance of News Agencies; Minds International (de que a Lusa é acionista fundadora); e IPTC – International Press Telecommunications Council.

No âmbito da atividade internacional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Entrega do prémio europeu “Carlos V”, em Cáceres, em janeiro;
- Visita de cortesia, à sede da Lusa, da Embaixadora da Tunísia, Senhora Saloua Báhri, em fevereiro;

TH JSL
JSL

- Participação, como membro do júri, do Presidente do Conselho de Administração, nos Prémios Internacionais de Jornalismo “Rei de Espanha” e “D. Quixote de Jornalismo”, em março;
- Reunião, em abril, com Delegação da CCTV (China Central Television) na sede da Lusa;
- Participação, em maio, do Presidente do Conselho de Administração, no XIV World Economic Forum, que se realizou em São Petersburgo, a convite da ITAR – TASS (Agência de Informação e Telegrafia da Rússia);
- Acompanhamento da vista oficial do Presidente da República à China, em maio;
- Visita à Lusa do (novo) Embaixador da Indonésia, Senhor Mulya Wirana, em junho;
- Visita de uma Delegação da CCTV (China Central Television) para a assinatura de Protocolo da CCTV News Content (subsidiária da CCTV) com a Lusa, em junho;
- Visita do Presidente da Agência Indonésia ANTARA, em setembro, para a assinatura do Memorandum of Understanding entre a Antara e a Lusa durante um Fórum Empresarial bilateral em Lisboa.

A11 – Inovação/Modernização

No âmbito da inovação/modernização, na área Multimédia, a Agência lançou no início de 2014 novas aplicações móveis para iOS e Android, para funcionamento tanto em equipamentos *smartphone* como *tablet*. As aplicações permitem a subscrição por parte dos utilizadores finais, a partir das lojas da Apple e do Google, bem como a incorporação de publicidade.

A Lusa manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.

No campo da modernização tecnológica, manteve-se a estratégia de atualização dos computadores pessoais dos jornalistas para uso de um novo ambiente de trabalho, e foram descontinuados o sistema operativo Windows XP, bem como versões anteriores de Office.

Em 2014, foi implementado o projeto do novo contrato de *outsourcing*, que incluiu várias melhorias nas plataformas e operações da Lusa, nomeadamente nas capacidades das suas redes, funcionalidades de trabalho em equipa e segurança; com este novo contrato foi igualmente possível uma redução significativa dos custos para a Lusa.

TM
JSL
JSL
JSL

A Lusa adquiriu e começou a utilizar equipamentos para gravação de vídeo em direto, permitindo uma aceleração significativa do processo de edição do vídeo (desde a captura da imagem até à entrega ao cliente), sendo essa redução de tempo evidente para os clientes. Adicionalmente este sistema pode ser utilizado no futuro para emissão de TV em direto, seja para canais *internet* seja para canais de televisão.

Foram feitas remodelações na sala usada como estúdio para gravação de entrevistas de vídeo, de modo a torná-la mais efetiva, tanto em termos de qualidade técnica como de aspeto para os visitantes.

O processo de distribuição de conteúdos, em particular o texto e fotografia onde o volume é mais significativo, passou a ser feito na totalidade diretamente pela Lusa, em vez da utilização de uma empresa de distribuição (satélite/ftp) externa. Esta operação, para além da redução de custos obtida, permitiu eliminar a antiga distribuição por satélite, tecnologia VSAT.

A12 – Investimento

O investimento em 2014 atingiu 193 mil euros, o que representou um decréscimo de 22,4% em relação ao período homólogo, sendo essencialmente aplicado em equipamento informático, multimédia e de fotografia, na melhoria de cablagem e numa viatura para a Delegação de Macau.

A13 – Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira, que se apresenta, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., no ano de 2014 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 14,8 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 181 mil euros (+1,2%) relativamente a 2013, resultante, sobretudo, do aumento observado nas prestações de serviços.

Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 14,9 milhões de euros, refletindo uma diminuição de 797 mil euros (-5,1%) em relação ao período homólogo, como resultado das seguintes variações:

- Diminuição de 34 mil euros (-0,9%) nos fornecimentos e serviços externos, decorrente, sobretudo, da interação entre a diminuição de custos por via da celebração de um novo contrato de *outsourcing* com o consórcio PT/TMN, em

17 JSL
 JSL
 JSL

outubro de 2013, no montante de 156 m€, e o aumento registado em “Deslocações, estadas e transportes” (112 m€);

- Evolução favorável de 719 mil euros (-6,5%) nos gastos com o pessoal, pelo facto de, em 2013, por efeito da revogação da suspensão do pagamento do subsídio de férias prevista na LOE/2013, ter sido reconhecido mais um mês de salários, a que acresceu o custo com a rescisão amigável de 4 contratos de trabalho;
- Aumento de 36 mil euros nas perdas por imparidade relativas a dívidas de clientes nacionais e estrangeiros;
- Diminuição de 42 mil euros nos outros gastos e perdas, essencialmente por efeito das reduções ocorridas em serviços bancários, diferenças de câmbio desfavoráveis, perdas em inventários e diferenças de estimativas.

Resultados

O resultado líquido foi negativo e na ordem de 802 mil euros, por efeito de:

RESULTADOS	(milhares de euros)		
	2014	2013	VAR.
Operacionais	-85	-1.077	992
Financeiros	-37	-22	-15
Antes de impostos	-121	-1.099	978
Imposto sobre o rendimento do período	-681	81	-762
Líquidos	-802	-1.018	215

O forte agravamento do imposto sobre o rendimento do exercício resultou, sobretudo, do efeito do desreconhecimento do imposto diferido relativo a exercícios anteriores.

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 12,4 milhões de euros, registou uma redução de 1,3 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2013, como resultado de: abates de imobilizado e amortizações do exercício (Ativos fixos tangíveis); desreconhecimento dos valores relativos aos prejuízos fiscais de 2011 e 2013 que a Empresa não prevê utilizar em 2015 e nos exercícios seguintes, respetivamente, e o efeito da alteração da taxa de IRC de 23% para 21% (Ativos por impostos diferidos); e, ainda, o decréscimo verificado nos excedentes de tesouraria.

O capital próprio evidenciou um decréscimo na ordem de 761 mil euros, por via do resultado líquido do exercício.

A redução evidenciada pelo passivo, na ordem de 519 mil euros, ocorre em grande medida por efeito dos reembolsos de empréstimos bancários.

M JSL
[Handwritten signature]

(milhares de euros)			
BALANÇO	2014	2013	VAR.
Ativo não corrente	8.837	9.667	-830
Inventários	0	0	0
Dívidas de terceiros	1.718	1.800	-82
Diferimentos	340	384	-44
Caixa e depósitos bancários	1.455	1.779	-324
TOTAL DO ATIVO	12.350	13.630	-1.280
CAPITAL PRÓPRIO	5.440	6.201	-761
PASSIVO:	6.910	7.429	-519
Passivo não corrente	3.700	4.015	-315
Dívidas a terceiros	3.174	3.342	-168
Diferimentos	37	72	-35
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	12.350	13.630	-1.280

Principais indicadores

<i>Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)</i>	2014	2013	$\Delta\%$ 14/13
Proveitos operacionais	14.765	14.556	1
EBITDA	357	-626	n.a.
Resultado operacional	-85	-1.077	n.a.
Resultado líquido	-802	-1.018	n.a.
Resultado líquido por acção (euro)	-0,38	-0,48	n.a.
VAB	10.727	10.409	3
Investimento	193	248	-22
Margem EBITDA	2%	-4%	n.a.
Margem Operacional	-1%	-7%	n.a.
Margem líquida	-5%	-7%	n.a.
VAB / Efectivo médio (euro)	48.536	46.889	4
Activo líquido	12.350	13.630	-9
Capital próprio	5.440	6.201	-12
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	-15%	-16%	n.a.
Liquidez Geral	109%	116%	- 7 p.p.
Autonomia Financeira	44%	45%	- 1 p.p.
Solvabilidade	79%	83%	- 4 p.p.
Cobertura do imobilizado	103%	106%	- 3 p.p.
Recursos humanos	2014	2013	$\Delta\%$ 14/13
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	264	264	-
Jornalistas	181	177	2,3
Assessores	2	3	-33,3
Técnicos Superiores	12	12	-
Assistentes Administrativos	23	26	-11,5
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	3	3	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	12	12	-
Pré-reformados	30	30	-
Efectivo médio ao serviço	221	222	-0,5
Produção de notícias	2014	2013	$\Delta\%$ 14/13
Áudio	10.685	12.721	-16,0
Conteúdos mistos	33.288	33.641	-1,0
Fotos	48.623	45.631	6,6
Gráficos	68	106	-35,8
Notícias texto	118.986	123.660	-3,8
Outros conteúdos texto	6.710	6.866	-2,3
Vídeos	5.491	6.607	-16,9
SMS	1.602	2.044	-21,6
Total	225.453	231.276	-2,5

TM
JSC
[Handwritten signature]

Pendências judiciais

À data de 31 de dezembro de 2014, existiam pendentes os seguintes processos judiciais:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, incluindo juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau;
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, respetivamente, nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros. Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo, onde corre termos;
- c) No Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa, o processo n.º 3060/08.2TVLSB, uma ação proposta por Carlos de Oliveira Marneffe Garçêz e outro(s) contra a Lusa, com fundamento na alegada violação de direitos de autor por parte da última, no montante de 30.001,00 euros. O Tribunal de 1.ª Instância proferiu sentença em que julgou a ação improcedente, por não provada. No entanto, por força de um recurso interposto pela também ré Esfera dos Livros, Lda., o processo vai baixar ao Tribunal de 1.ª Instância para ser inquirida uma testemunha adicional à matéria dos autos. Por outro lado, também os autores interpuseram recurso da decisão do Tribunal de 1.ª Instância, aguardando-se que seja proferido Acórdão pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

TH
JLH
JSSC
A
J
JSSC

A14 – Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	7	1.493.641,23	1.493.641,23
Edifícios e outras construções	7	6.652.212,20	6.845.056,09
Equipamento básico	7	304.113,46	344.095,56
Equipamento de transporte	7	29.470,70	18.000,64
Equipamento administrativo	7	2.623,02	4.594,38
Ferramentas e utensílios	7	0,00	0,00
Novos projetos	7	85.962,43	117.823,31
Outros não especificados	7	601,27	1.116,20
Subtotal ativos fixos tangíveis		8.568.624,31	8.824.327,41
Ativos fixos tangíveis em curso	7	98.422,94	96.815,00
Ativos intangíveis			
Trespasse (<i>goodwill</i>)	6	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	6	0,00	0,00
Programas de computador	6	0,00	0,00
Outros ativos Intangíveis	6	0,00	0,00
Subtotal ativos Intangíveis		0,00	0,00
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial			
Sucursal do Brasil		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	8	140.000,14	140.000,14
IPPS-IUL	8	10.000,00	10.000,00
Subtotal participações financeiras - outros métodos		150.000,14	150.000,14
Outros Investimentos financeiros			
Fundo de compensação do trabalho		267,74	0,00
Ativos por Impostos diferidos	5	19.956,32	596.022,33
Total do ativo não corrente		8.837.271,45	9.667.164,88
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9	0,00	0,00
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	9	0,00	0,00
Subtotal Inventários		0,00	0,00
Clientes			
Clientes c/c	10	1.324.366,66	1.381.139,43
Clientes - títulos a receber	10	0,00	0,00
Clientes - cobrança duvidosa	10	57.400,41	49.481,79
Subtotal clientes		1.381.767,07	1.430.621,22
Adiantamentos a fornecedores	11	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	99.722,11	98.900,92
Pagamentos por conta	11	0,00	28.601,08
Retenções efetuadas por terceiros	11	14.857,33	7.354,78
Imposto a recuperar	11	0,00	0,00
IVA	11	2.937,66	5.772,09
Outras contribuições	11	0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		117.517,10	140.628,87
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	11	5.084,93	1.549,41
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11	0,00	0,00
Pessoal	11	31.083,62	29.346,48
Outros devedores de cobrança duvidosa	11	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	8.296,28	21.749,58
Outros devedores diversos	11	173.982,73	175.843,41
Subtotal outras contas a receber		218.447,56	228.488,88
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	339.811,39	384.089,21
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	269.743,31	286.188,62
Outros	4	1.180.000,00	1.486.000,00
Caixa	4	5.732,04	7.018,29
Subtotal caixa e depósitos bancários		1.455.475,35	1.779.206,91
Total do ativo corrente		3.513.018,48	3.963.035,08
TOTAL DO ATIVO		12.350.289,93	13.630.199,96

356
 7

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2014	2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5.325.000,00	5.325.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas			
Reservas legais	12	411.331,68	411.331,68
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12	(540.176,83)	442.673,21
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	1.497.754,44	1.542.856,56
Impostos diferidos	12	(452.623,18)	(503.906,04)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12	1.215,79	1.238,83
		6.242.501,90	7.219.194,24
Resultado líquido do período		(802.415,11)	(1.017.804,49)
		5.440.086,79	6.201.389,75
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	2.843.641,09	2.858.641,09
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	333.333,28	533.333,28
Locações financeiras	15	70.004,15	118.661,86
Subtotal financiamentos obtidos		403.337,43	651.995,14
Passivos por impostos diferidos	16	452.623,18	503.906,04
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		3.699.601,70	4.014.542,27
Passivo corrente			
Fornecedores	14	338.634,13	396.228,40
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	109.132,17	107.841,94
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	160.714,92	161.128,51
IVA	16	460.608,58	439.711,50
Outros impostos (imposto do selo)		0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	16	191.861,99	186.913,47
Tributos das autarquias locais	16	1.848,06	1.232,04
Outras tributações		39,61	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		924.205,33	896.827,46
Acionistas/sócios	16	0,00	0,00
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	200.000,00	283.333,40
Descobertos bancários		0,00	0,00
Locações financeiras	15	92.698,96	84.421,31
Outros financiadores		0,00	0,00
Subtotal financiamentos obtidos		292.698,96	367.754,71
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	41.352,72	40.423,26
Credores por acréscimos de gastos	16	1.443.865,61	1.532.765,04
Pessoal	16	1.563,78	325,12
Outros credores diversos	16	131.394,14	107.815,09
Subtotal outras contas a pagar		1.618.176,25	1.681.328,51
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	36.886,76	72.128,85
Total do passivo corrente		3.210.601,43	3.414.267,94
		6.910.203,13	7.428.810,21
Total do passivo			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			
		12.350.289,93	13.630.199,96

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

2A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	20	10.732.100,04	10.700.000,00
Outras	20	3.862.124,32	3.611.134,18
Subtotal vendas e serviços prestados		14.594.224,36	14.311.134,18
Subsídios à exploração	21	0,00	20.693,67
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	22	(3.867.679,84)	(3.901.728,06)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	23	(126.709,35)	(122.182,52)
Remunerações do pessoal	23	(8.192.121,66)	(8.636.640,15)
Encargos sociais e outros	23	(1.991.673,28)	(2.270.688,36)
Subtotal gastos com o pessoal		(10.310.504,29)	(11.029.511,03)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/21	(60.778,27)	456,51
Outros devedores	17.1/21	0,00	0,00
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(60.778,27)	456,51
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/21	15.000,00	59.380,82
Aumentos/reduções de justo valor		1,40	0,00
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	21	14.906,31	14.744,78
Descontos de pronto pagamento obtidos	21	0,00	0,00
Ganhos em inventários	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	21	4.583,67	0,00
Sinistros	21	9.235,23	1.518,08
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Excesso de estimativa para impostos	21	0,00	0,00
Descontos	21	39.875,46	40.072,43
Diferenças de câmbio favoráveis	21	26.631,89	6.685,49
Reembolsos diversos	21	5.764,93	5.679,43
Diversos	21	49.962,76	50.915,44
Diferenças de conversão favoráveis		0,00	0,00
Subtotal outras rendimentos e ganhos		150.960,25	119.615,65
Outros gastos e perdas			
Impostos	21	(46.435,69)	(49.778,14)
Dívidas incobráveis	21	0,00	0,00
Perdas em inventários	21	0,00	(7.297,90)
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações	21	0,00	(44,72)
Sinistros	21	0,00	0,00
Abates	21	(370,19)	(575,46)
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	0,00
Donativos	21	0,00	0,00
Quotizações	21	(13.817,21)	(7.637,61)
Ofertas e amostras de inventários		0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	21	(1.253,03)	(127,67)
Perdas em investimentos financeiros		0,00	0,00
Despesas não documentadas	21	(3.955,19)	(10.090,92)
Outros não especificadas			
Serviços bancários	21	(88.075,68)	(100.000,21)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	(5.152,30)	(16.808,75)
Subsídios de alimentação de estagiários	21	0,00	0,00
Multas e penalidades	21	(3.465,10)	(5.575,03)
Diversos	21	(1.295,68)	(7.635,02)
Diferenças de conversão desfavoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros gastos e perdas		(163.820,07)	(205.571,45)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		357.403,54	(625.529,71)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	21	(441.928,09)	(451.462,23)
Ativos intangíveis	21	0,00	0,00
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(441.928,09)	(451.462,23)
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(84.524,55)	(1.076.991,94)
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	24	11.269,60	39.873,31
Outros	24	599,33	509,49
Subtotal Juros e rendimentos similares obtidos		11.862,93	40.382,80
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	24	(56,12)	(207,53)
Médio e longo prazo	24	(40.237,20)	(55.088,68)
Com leasing	24	(8.290,41)	(6.922,81)
Com outros financiamentos	24	0,00	0,00
Subtotal Juros e gastos similares suportados		(48.583,73)	(62.219,02)
Resultado antes de impostos		(121.245,35)	(1.098.828,16)
Imposto sobre o rendimento do período	5	(681.169,76)	81.023,67
Resultado líquido do período		(802.415,11)	(1.017.804,49)

A Técnica Oficial de Contas,

Luís Alberto F. J. Silva

O Conselho de Administração,

Marcelo
Paulo
Infante

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	20	14.594.224,36	14.311.134,18
Custos das vendas e dos serviços prestados		(10.447.332,39)	(10.564.378,57)
Resultado bruto		4.146.891,97	3.746.755,61
Outros rendimentos	21	170.399,47	244.424,77
Gastos de distribuição		(302.510,49)	(576.363,73)
Gastos administrativos		(1.789.616,37)	(2.072.093,89)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		(2.309.689,13)	(2.419.714,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		(84.524,55)	(1.076.991,94)
Gastos de financiamento (líquidos)	24	(36.720,80)	(21.836,22)
Resultado antes de Impostos			(121.245,35)
Imposto sobre o rendimento do período	5	(681.169,76)	81.023,67
Resultado líquido do período			(802.415,11)
Resultados por ação	25	(0,38)	(0,48)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2013</u>		5.325.000,00	398.306,33	844.419,84	11.070,04	1.587,72	260.507,00	6.840.890,93
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(348,89)	-	(348,89)
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização		-	-	534.568,25	-	-	-	534.568,25
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	(340.037,57)	184.121,52	-	-	(155.916,05)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	13.025,39	-	247.481,65	-	(260.507,00)	0,00
		5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	-	7.219.194,24
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(1.017.804,49)	(1.017.804,49)
Resultado integral		5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	(1.017.804,49)	6.201.389,73
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
<u>Saldo em 31/12/2013</u>	12	5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	-1.017.804,49	6.201.389,73

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Distribuição de dividendos	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2014</u>		5.325.000,00	411.331,68	1.038.950,52	442.673,21	1.238,83	(1.017.804,49)	-	6.201.389,73
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	(23,04)	-	-	(23,04)
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização	12	-	-	(45.102,12)	-	-	-	-	(45.102,12)
Ajustamentos por impostos diferidos	5	-	-	51.282,86	(10.147,67)	-	-	-	41.135,19
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(972.702,37)	-	1.017.804,49	-	45.102,12
		5.325.000,00	411.331,68	1.045.131,26	(540.176,83)	1.215,79	-	-	6.242.501,90
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(802.415,11)	-	(802.415,11)
Resultado integral		5.325.000,00	411.331,68	1.045.131,26	(540.176,83)	1.215,79	(802.415,11)	-	5.440.086,79
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Saldo em 31/12/2014</u>	12	5.325.000,00	411.331,68	1.045.131,26	(540.176,83)	1.215,79	-802.415,11	0,00	5.440.086,79

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2014	2013
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	14.615.755,04	14.527.758,07
Pagamentos a fornecedores	14	(3.871.602,29)	(4.075.530,42)
Pagamentos ao pessoal	16	(10.408.797,73)	(10.307.071,68)
Fluxos gerados pelas operações		335.355,02	145.155,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	16	(81.315,08)	(129.699,24)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	11/16	(30.453,57)	(604.600,64)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		223.586,38	(589.143,90)
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	5.916,27	1.822,39
Ativos intangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares	24	12.173,51	47.897,14
Dividendos		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	(267,74)	-
Ativos fixos tangíveis	7	(192.819,74)	(424.865,74)
Ativos intangíveis		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(174.997,70)	(375.146,21)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13/15	50.238,74	229.920,98
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	-
Subsídios e doações		-	-
Venda de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(283.333,40)	(366.666,68)
Amortização de contratos de locação financeira	15	(90.618,80)	(58.078,01)
Juros e gastos similares	24	(48.583,73)	(62.219,02)
Dividendos		-	-
Redução de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisição de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)		(372.297,19)	(257.042,73)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(323.708,52)	(1.221.332,84)
Efeito das diferenças de câmbio		(23,04)	(348,90)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.779.206,91	3.000.888,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.455.475,35	1.779.206,91

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

TM JSC
JSC
JSC
JSC
JSC

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto – Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 21 de dezembro de 2012, a Empresa celebrou com o Estado Português um novo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações e foi determinada uma fórmula de remuneração da Empresa, num montante a ser pago mensalmente pelo Estado, em função dos serviços prestados pela Empresa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2014, são apresentadas em base individual.

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros, com arredondamento ao cêntimo, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 11 de março de 2015, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia geral.

M JIL
JIL
JIL
JIL

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

As demonstrações financeiras anexas não se encontram afetadas por qualquer aspeto material suscetível de afetar a sua comparabilidade com o exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, e respetivas vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

TT JSL

JSL
S

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado.

As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se espelhado na Nota 7.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.5. Inventários

No exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, compostas maioritariamente por economato, que passaram a ser reconhecidas como gasto no exercício em que ocorre a sua aquisição.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the initials "JJC" and "JJC" with a checkmark, and a signature.

3.1.6. Instrumentos financeiros

3.1.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.6.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.6.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.7. Imparidade de dívidas a receber

Foram constituídos ajustamentos em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança (Nota 17.1.).

3.1.8. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'SSC' and several illegible signatures.

3.1.9. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.10. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.11. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu

M
 HZ
 JSL
 J
 J
 J

registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2014	2013
Janeiro	0,3082899	0,3704664
Fevereiro	0,3069274	0,3794490
Março	0,3106844	0,3891959
Abril	0,3240021	0,3837299
Maio	0,3277399	0,3785871
Junho	0,3290773	0,3494915
Julho	0,3321266	0,3396970
Agosto	0,3309176	0,3208213
Setembro	0,3323474	0,3295436
Outubro	0,3223934	0,3348962
Novembro	0,3141789	0,3230078
Dezembro	0,3077018	0,3113616
Taxa de fecho	0,3205322	0,3113616
Taxa média do ano	0,3077018	0,3508539

M
JSC
A
B
C

3.1.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso e os seus montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

3.1.14. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa (dinheiro em caixa)	5.732,04	7.018,29
Depósitos à ordem	269.743,31	286.188,62
Depósitos a prazo	1.180.000,00	1.486.000,00
Total de caixa e seus equivalentes	1.455.475,35	1.779.206,91

5. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 23%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, inferior a 1.500.000 euros, não há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor do lucro tributável.

M
J
JL
A
J
so

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento Fiscal adotado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração fiscal, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze¹ anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2014 os prejuízos fiscais relativos ao exercício de 2011 ascendiam a 1.481.488 euros, reportáveis até ao exercício de 2015. Os prejuízos fiscais relativos ao exercício de 2013 foram de 1.002.305 euros e são reportáveis até ao exercício de 2018. No entanto, dado não ser previsível a utilização futura desses prejuízos fiscais, a Empresa optou pelo desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos anteriormente reconhecidos. Pelo mesmo motivo, não reconheceu ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais gerados no exercício de 2014, de 70.863 euros.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

¹ O período de reporte de doze anos aplica-se aos prejuízos fiscais apurados no exercício de 2014; nos exercícios de 2011 e 2013 o período de reporte era de quatro e cinco anos, respetivamente.

TM
JSC
JSC
JSC
JSC

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.11., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos procedeu-se ao desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais reportáveis gerados em exercícios anteriores e ao não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relativos ao prejuízo fiscal do corrente exercício, que se consideraram não serem recuperáveis no período legal para a sua dedução.

Handwritten notes:
 JM
 JSC
 J
 JSC
 J

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	(121.245,35)
Taxa nominal de imposto (i)	24,5%
<hr/>	
Débito de imposto esperado	(29.705,11)
Diferenças permanentes (ii)	595.623,45
Ajustamentos à colecta (iii)	115.251,42
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>681.169,76</u>
Imposto corrente (Nota 16)	115.251,42
Ajustamentos relacionados c/alteração da taxa de imposto diferido (iv)	10.562,43
Imposto diferido gerado no exercício	<u>555.355,91</u>
	<u>681.169,76</u>

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, no exercício de 2014 aplica-se a taxa de 23%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Em 31 de Dezembro de 2014, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	3.465,10
Outras situações, líquidas	<u>2.427.651,03</u>
	2.431.116,13
Taxa nominal de imposto	<u>24,50%</u>
	<u>595.623,45</u>

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

(iv) Em 2015 a taxa de IRC passa a ser de 21%, podendo ser incrementada até 1,5% pela aplicação da derrama.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Ajustamentos (a)	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	571.531,96	(49.698,42)	(521.833,54)	0,00
Imparidades não aceites fiscalmente	<u>24.490,37</u>	<u>(1.999,21)</u>	<u>(2.534,85)</u>	<u>19.956,32</u>
	596.022,33	(51.697,62)	(524.368,39)	19.956,32
Impostos diferidos passivos:				
Excedentes de revalorização	503.906,04	(41.135,19)	(10.147,67)	452.623,18

(a) Inclui:

- Prejuízos fiscais reportáveis: Alteração da taxa de imposto de 23% para 21%;
- Imparidades não aceites fiscalmente: Alteração da taxa de imposto de 24,5% para 22,5%;
- Excedentes de revalorização à taxa de imposto de 22,5%.

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de 633.757,75 euros encontram-se totalmente amortizados.

M JSL
JSL
R
500

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2013	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.795.163,67	8.180.349,15	4.553.851,18	269.101,77	7.586,60	480.742,10	2.876.815,15	155.703,45	18.269.313,07
Aquisições	-	-	111.614,27	19.200,67	-	1.758,16	18.895,33	96.815,00	248.283,43
Revalorizações	(171.116,03)	1.396.753,15	-	-	-	-	-	-	1.225.637,12
Transferências e abates	(130.406,41)	130.406,41	(32.502,31)	(152,67)	(147,59)	(64.949,03)	(1.020,62)	(155.703,45)	(254.475,67)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.493.641,23</u>	<u>9.707.508,71</u>	<u>4.632.963,14</u>	<u>288.149,77</u>	<u>7.439,01</u>	<u>417.551,23</u>	<u>2.844.689,86</u>	<u>96.815,00</u>	<u>19.488.757,95</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(2.166.929,82)	(4.330.689,40)	(269.101,77)	(7.553,10)	(470.114,14)	(2.627.726,51)	-	(9.872.114,73)
Reforços	-	(198.830,95)	(148.142,09)	(1.200,03)	(33,50)	(4.211,20)	(99.044,46)	-	(451.462,23)
Regularizações por revalorizações	-	(457.569,98)	-	-	-	-	-	-	(457.569,98)
Regularizações por alienações e abates	-	(39.121,87)	189.963,91	152,67	147,59	61.368,49	1.020,62	-	213.531,41
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	<u>(2.862.452,62)</u>	<u>(4.288.867,58)</u>	<u>(270.149,13)</u>	<u>(7.439,01)</u>	<u>(412.956,85)</u>	<u>(2.725.750,35)</u>	-	<u>(10.567.615,54)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>1.493.641,23</u>	<u>6.845.056,09</u>	<u>344.095,56</u>	<u>18.000,64</u>	-	<u>4.594,38</u>	<u>118.939,51</u>	<u>96.815,00</u>	<u>8.921.142,41</u>

O aumento na rubrica de “Equipamento básico” resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento fotográfico. O acréscimo em “Outros ativos fixos tangíveis” ocorreu por via dos desenvolvimentos realizados no sistema de produção. O aumento verificado em “Equipamento de transporte” decorreu da aquisição de duas viaturas para as delegações de Macau e Maputo. O crescimento registado nos “Ativos fixos tangíveis em curso” resultou da aquisição de equipamento informático e de melhorias efetuadas na cablagem de rede do edifício Sede, investimentos cuja entrada em funcionamento ainda não se verificou.

31 de dezembro de 2014	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.493.641,23	9.707.508,71	4.632.963,14	288.149,77	7.439,01	417.551,23	2.844.689,86	96.815,00	19.488.757,95
Aquisições	-	-	50.574,05	19.628,68	-	4.796,81	19.136,23	98.422,94	192.558,71
Revalorizações	130.406,41	(130.406,41)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(130.406,41)	130.406,41	34.270,77	-	-	(3.115,82)	19.638,00	(96.815,00)	(46.022,05)
Alienações	-	-	(31.235,39)	(37.315,50)	-	-	-	-	(68.550,89)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.493.641,23</u>	<u>9.707.508,71</u>	<u>4.686.572,57</u>	<u>270.462,95</u>	<u>7.439,01</u>	<u>419.232,22</u>	<u>2.883.464,09</u>	<u>98.422,94</u>	<u>19.566.743,72</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.862.452,62)	(4.288.867,58)	(270.149,13)	(7.439,01)	(412.956,85)	(2.725.750,35)	-	(10.567.615,53)
Reforços	-	(192.843,89)	(160.830,37)	(8.158,62)	-	(6.768,17)	(73.327,04)	-	(441.928,09)
Regularizações por revalorizações	-	39.121,87	-	-	-	-	-	-	39.121,87
Regularizações por alien., transf. e abates	-	(39.121,87)	67.238,84	37.315,50	-	3.115,82	2.177,00	-	70.725,29
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	<u>(3.055.296,51)</u>	<u>(4.382.459,11)</u>	<u>(240.992,25)</u>	<u>(7.439,01)</u>	<u>(416.609,20)</u>	<u>(2.796.900,39)</u>	-	<u>(10.899.696,47)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	<u>1.493.641,23</u>	<u>6.652.212,20</u>	<u>304.113,46</u>	<u>29.470,70</u>	-	<u>2.623,02</u>	<u>86.563,70</u>	<u>98.422,94</u>	<u>8.667.047,25</u>

A Lusa adota, na mensuração dos imóveis integrados no ativo fixo tangível, o método da revalorização.

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o edifício da sede.

Relativamente ao exercício de 2013 procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

São os seguintes os imóveis da Lusa:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I), distribuídas por 9 andares;

TM JSC #
 JSC #
 JSC #
 JSC #

- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72ª (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Timor – Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli.

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao Edifício Lusa, em Lisboa:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

Com base em relatório de avaliação do Edifício Lusa, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de 6.566.175,00 euros, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Handwritten notes and signatures:
m JSL A
FCA
[Signature]

De tudo resulta a seguinte expressão contabilística do imóvel Edifício Lusa, em Lisboa, relativamente a 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para 211.164,70 euros (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de 815.867,96 euros, incluindo uma parte realizada de 235.199,45 euros) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em 39.641,49 euros (163.868,47 euros no termo de 2012).

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam as frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

O valor do imóvel de Macau estava registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dados os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente.

De referir que o terreno é propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não traduzindo qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo era do terreno. De facto, como já foi referido, o valor do imóvel é apenas o da edificação, pelo que no presente exercício se efetuou a correspondente reclassificação de terreno para edifícios, tendo-se reajustado as depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados, naturalmente, imaterial.

M JSL
[Handwritten signatures]

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Macau:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
01-01-1998	521.625,62	521.625,62	156.487,69	365.137,93

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel da sede:

- O novo valor, de 1.598.918,22 de euros, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação dado exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo o valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Macau, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
2.284.168,88	685.250,66	1.598.918,22	45.683,38	1.553.234,84

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 1.198.529,42 euros e um passivo por impostos diferidos de 423.186,64 euros.

O valor do edifício de Díli estava, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por entidade independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

TM
JSL
18
7
8

Em 31 de dezembro de 2012 eram os seguintes os valores relativos ao imóvel de Díli:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação é de 496.778,31 euros, conversão do montante de 680.785,00 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de 124.343,26 euros, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de 372.435,06 euros para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes correspondem à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

A expressão contabilística do imóvel de Díli, relativamente a 31 de dezembro de 2013, ficou como segue:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de 133.162,44 euros e um passivo por impostos diferidos de 41.077,91 euros.

TM JSC #
JSC #
JSC #

Os valores respeitantes aos imóveis ficaram, deste modo, em 31 de dezembro de 2013, com a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.028.107,60	4.928.716,51	6.422.357,74	211.164,70	39.641,49
Macau	0,00	2.284.168,88	730.934,04	1.553.234,84	1.553.234,84	1.198.529,42	423.186,64
Dili	0,00	466.515,73	103.410,99	363.104,74	363.104,74	133.162,44	41.077,91
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	2.862.452,63	6.845.056,09	8.338.697,32	1.542.856,56	503.906,04

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.1.1.), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aumentadas, em termos líquidos, em 45.102 euros. O acréscimo de amortizações resultante de reavaliações livres não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 1.449.172 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição (valores em euros):

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641,23	6.956.824,11	2.165.937,81	4.790.886,30	6.284.527,53	204.735,10	34.958,79
Macau	0,00	2.284.168,88	776.617,41	1.507.551,47	1.507.551,47	1.163.278,58	380.709,35
Dili	0,00	466.515,73	112.741,30	353.774,43	353.774,43	129.740,76	36.954,72
Totais	1.493.641,23	9.707.508,72	3.055.296,52	6.652.212,20	8.145.853,43	1.497.754,44	452.622,86

Como garantia do integral cumprimento dos empréstimos contraídos junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A. e do Banco Popular Portugal, S.A. (nota 13.), a Empresa constituiu hipotecas do imóvel que detém em Macau e das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa, respetivamente.

TM JSC
JSM
J

8. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, registaram os seguintes movimentos:

31 de dezembro de 2014

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de dezembro de 2013	150.000,14
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (a)	150.000,14

(a) Participações no capital da EPA e do IPPS

31 de dezembro de 2013

	Investimentos em outras empresas
Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.000,14
Saldo em 31 de dezembro de 2013	150.000,14

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 20.000 euros (vinte mil euros) cada, que representa 1,89% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros).

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		
Existências iniciais	-	26.087,72
Compras	-	63.247,87
Consumos	-	(89.335,59)
Ajustamentos	-	-
Existências finais	-	-

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials like 'JSC' and 'JSC' and a signature.

De acordo com o referido na nota 3.1.5., no exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, que passaram a ser reconhecidas como custo do exercício em que ocorre a sua aquisição.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2014			2013		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	1.324.366,66	-	1.324.366,66	1.381.139,43	-	1.381.139,43
Clientes - cobrança duvidosa	<u>1.443.879,44</u>	<u>(1.386.479,03)</u>	<u>57.400,41</u>	<u>1.375.182,55</u>	<u>(1.325.700,76)</u>	<u>49.481,79</u>
	<u>2.768.246,10</u>	<u>(1.386.479,03)</u>	<u>1.381.767,07</u>	<u>2.756.321,98</u>	<u>(1.325.700,76)</u>	<u>1.430.621,22</u>

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	19.956,32	596.022,33
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	114.579,44	134.856,78
IVA	2.937,66	5.772,09
Outras contribuições	-	-
Fornecedores c/c	5.084,93	1.549,41
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	31.083,62	29.346,48
Outros devedores de cobrança duvidosa	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	8.296,28	21.749,58
Outros devedores diversos	173.982,73	175.843,41
Gastos a reconhecer	<u>339.811,39</u>	<u>384.089,21</u>
	<u>695.732,37</u>	<u>1.349.229,29</u>
(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos especiais por conta	99.722,11	98.900,92
Pagamentos por conta	-	28.601,08
Retenções na fonte	14.857,33	7.354,78
Imposto a recuperar	-	-
	<u>114.579,44</u>	<u>134.856,78</u>

12. Capital próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

TM
J2
J5i
J
J

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2014:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS	50,14	2.670.000,00
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1.243.550,00
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis: No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de 1.542.856,56 euros. Em 31 de dezembro de 2014 o valor é de 1.497.754,44 euros.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo das dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (a)	-	-	83.333,40	-
Banco Popular, S.A. (b)	200.000,00	333.333,28	200.000,00	533.333,28
	<u>200.000,00</u>	<u>333.333,28</u>	<u>283.333,40</u>	<u>533.333,28</u>

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A., com sede em Macau, para a gestão corrente dos negócios. Em 31 de dezembro de 2013, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1,5%, com reembolso em 2 prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2014 e a última em junho de 2014. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca do imóvel que detém em Macau.
- (b) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Popular Portugal, S.A. para consolidação da dívida junto do sistema financeiro nacional. Em 31 de dezembro de 2013 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 6%, com reembolso em 44 prestações mensais iguais, vencendo-se a primeira em janeiro de 2014 e a última em agosto de 2017. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca sobre as frações autónomas “B”, “C”, “D”, “E” e “F”, do edifício sede da Empresa, no valor de 1.500.000 euros.

TT
 JSC
 JSC
 JSC

Para além dos empréstimos anteriormente descritos, a Empresa contratou com o Banco BPI, S.A. e com o Banco Popular Portugal, S.A., contas correntes caucionadas que vencem juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares, com os montantes de até 3.500.000 euros e de até 500.000 euros, renováveis por períodos de três meses e um ano, respetivamente. É convicção do Conselho de Administração que estas linhas de crédito continuarão a ser renovadas no futuro.

O valor dos gastos associados aos empréstimos reconhecidos na demonstração dos resultados está descrito na Nota 24.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores	338.634,13	396.228,40
Fornecedores de investimentos	<u>41.352,72</u>	<u>40.423,26</u>
	<u>379.986,85</u>	<u>436.651,66</u>

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 162.703,11 euros, que se vencem como se segue:

	Capital	Juros	Total
2015	<u>92.698,96</u>	<u>4.994,10</u>	<u>97.693,06</u>
2016	55.027,86	1.476,74	56.504,60
2017	<u>14.976,29</u>	<u>208,76</u>	<u>15.185,05</u>
	<u>162.703,11</u>	<u>6.679,60</u>	<u>169.382,71</u>

JM JSL
JM
JM
JM

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos de locações financeiras têm o seguinte detalhe:

<u>Contrato N.º</u>	<u>Valor Contrato</u>	<u>Dívida a 31-12-2014</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Dívida a 31-12-2013</u>
BPC 400103038	52.808,72	0,00	25-07-2011	25-07-2014	10.176,63
BPP 540-0713984	9.125,00	3.232,72	31-01-2013	31-01-2016	6.269,80
BPP 540-0713993	10.250,00	3.631,20	31-01-2013	31-01-2016	7.042,76
BPP 540-0713994	9.125,00	3.232,72	31-01-2013	31-01-2016	6.269,80
BPP 540-0713995	14.500,00	5.136,50	31-01-2013	31-01-2016	9.962,79
BPP 540-0713997	10.250,00	3.631,20	31-01-2013	31-01-2016	7.042,76
BPP 540-0713998	10.044,00	3.558,21	31-01-2013	31-01-2016	6.901,24
BPP 540-0713999	9.425,00	3.338,94	31-01-2013	31-01-2016	6.475,92
BPP 540-0714000	9.606,00	3.403,05	31-01-2013	31-01-2016	6.600,28
BPP 540-0714001	9.425,00	3.338,94	31-01-2013	31-01-2016	6.475,92
BPP 540-0714002	9.963,00	3.529,54	31-01-2013	31-01-2016	6.845,58
BPP 540-0725746	36.759,20	22.074,32	18-10-2013	18-10-2016	33.890,64
BPP 540-0742362	16.448,78	10.888,20	31-12-2013	31-12-2016	16.031,54
BPP 540-0743453	7.000,00	4.635,48	31-12-2013	31-12-2016	6.822,44
BPP 540-0743461	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743462	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743463	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743464	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743465	8.000,00	5.297,67	31-12-2013	31-12-2016	7.797,07
BPP 540-0743466	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743467	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743470	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0743472	7.500,00	4.966,53	31-12-2013	31-12-2016	7.309,75
BPP 540-0759941	50.238,74	44.042,18	10-12-2014	10-12-2017	0,00
	<u>332.968,44</u>	<u>162.703,11</u>			<u>203.083,17</u>

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos de locações operacionais têm o seguinte detalhe:

<u>Contrato N.º</u>	<u>Valor Contrato</u>	<u>Dívida a 31-12-2014</u>	<u>Data Início</u>	<u>Data Fim</u>	<u>Dívida a 31-12-2013</u>
201000492501	16.597,12	0,00	20-10-2010	19-02-2014	773,74
201000355701	15.444,88	0,00	26-10-2010	25-02-2014	791,45
201000492401	19.430,03	0,00	14-12-2010	13-12-2014	1.917,87
35363	16.708,48	583,71	17-08-2011	16-02-2015	2.815,12
35364	16.826,38	1.790,34	17-08-2011	16-05-2015	2.815,19
2101257900	15.711,34	1.129,06	30-09-2011	31-03-2015	3.245,40
2101257800	15.722,66	1.128,95	01-10-2011	29-03-2015	3.245,40
037874	21.057,46	1.025,71	29-11-2011	27-02-2015	6.138,66
037876	21.854,22	1.123,64	29-11-2011	27-02-2015	6.138,66
2101313300	18.613,33	0,00	13-12-2011	12-12-2014	5.065,26
37875	20.866,97	1.235,78	15-12-2011	14-03-2015	6.138,66
2101313400	18.842,78	0,00	03-01-2012	02-01-2015	6.082,53
201200139502	22.323,19	2.508,32	30-04-2012	29-04-2015	9.876,60
201200139501	20.373,05	2.508,32	30-04-2012	29-04-2015	8.306,36
4131	21.677,92	7.396,98	09-01-2013	08-01-2016	15.094,76
040785	19.778,61	8.297,76	02-04-2013	01-04-2016	14.599,88
041521	17.426,35	8.252,91	30-05-2013	29-05-2016	13.712,54
55032	31.751,97	19.800,23	11-11-2013	10-11-2016	30.223,58
4131	18.688,82	11.662,88	13-11-2013	12-11-2016	17.854,86
080LLD00186	14.519,26	9.599,52	23-12-2013	22-12-2016	14.208,36
080LLD00546	17.273,29	17.031,15	11-12-2014	10-11-2017	0,00
	<u>401.488,09</u>	<u>95.075,24</u>			<u>169.044,88</u>

M
Jil
12/1
A
8/10

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2014	2013
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos	452.623,18	503.906,04
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	109.132,17	107.841,94
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	160.714,92	161.128,51
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	460.608,58	439.711,50
Contribuições para a segurança social	191.861,99	186.913,47
Tributos das autarquias locais	1.848,06	1.232,04
Outras tributações	39,61	-
Acionistas/sócios	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.336.300,43	1.294.593,87
Outros acréscimos de gastos	107.565,18	238.171,17
Pessoal	1.563,78	325,12
Outros credores diversos	131.394,14	107.815,09
Rendimentos a reconhecer	36.886,76	72.128,85
	<u>2.537.915,63</u>	<u>2.609.861,57</u>
 (a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:		
Estimativa de imposto do ano (Nota 5.)	115.251,42	122.484,49
Pagamentos especiais por conta	-	-
Retenções na fonte	(6.119,25)	(14.642,55)
	<u>109.132,17</u>	<u>107.841,94</u>

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

31 de dezembro de 2014:

Saldo em 31 de dezembro de 2013
Reforços (a)
Anulação/regularização
Saldo em 31 de dezembro de 2014

Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)	(1.406.055,30)
	(65.216,09)
	4.437,82
	<u>(1.466.833,57)</u>

31 de dezembro de 2013:

Saldo em 31 de dezembro de 2012
Reforços
Anulação/regularização
Saldo em 31 de dezembro de 2013

Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)	(1.406.511,81)
	(29.278,12)
	29.734,63
	<u>(1.406.055,30)</u>

(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Dívidas de clientes
Outros devedores

	(65.216,09)
	-
	<u>(65.216,09)</u>

Handwritten notes and signatures:
 JM JSU
 JPA
 A
 JPB

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014 encontram-se a decorrer as seguintes ações, cujos termos se encontram descritos em “Pendências Judiciais” a páginas 21 deste relatório:

- Ação interposta por terceiros contra a Empresa, no valor de 30.001 euros;
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros; e
- Impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, respetivamente nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2014:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.858.641,09	-	(15.000,00)	2.843.641,09

31 de dezembro de 2013:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	2.943.641,09	15.000,00	(100.000,00)	2.858.641,09

Os valores registados na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destinam-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso (processo judicial do IVA de 2001 e 2002 - cfr. Nota 17.2.).

Estas provisões foram determinadas com base no julgamento que o Conselho de Administração fez dos respetivos processos e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

M JSC
12a
A
JSC

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Cientes	17.945,28
Direção-Geral dos Impostos (a)	<u>3.710.950,00</u>
	<u><u>3.728.895,28</u></u>

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 5. e Notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.6.3. e Nota 13.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	1.717.731,74	1.799.738,97
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	<u>1.455.475,35</u>	<u>1.779.206,91</u>
	<u><u>3.173.207,09</u></u>	<u><u>3.578.945,87</u></u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	(533.333,28)	(816.666,68)
Locações financeiras	(162.703,11)	(203.083,17)
Contas a pagar a terceiros	<u>(2.881.015,71)</u>	<u>(2.974.384,38)</u>
	<u><u>(3.577.052,10)</u></u>	<u><u>(3.994.134,23)</u></u>

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as prestações de serviços foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Mercado nacional	13.995.721,28	13.781.911,89
Mercado externo	<u>598.503,08</u>	<u>529.222,29</u>
	<u><u>14.594.224,36</u></u>	<u><u>14.311.134,18</u></u>

Handwritten notes and signatures:
 JM
 DL
 JZ
 JF
 YB

21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Subsídios à exploração	-	20.693,67
Reversões de ajustamentos (Nota 17.1.)	4.437,82	29.734,63
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	15.000,00	74.380,82
Ganhos por aumentos de justo valor	1,40	-
Rendimentos suplementares	14.906,31	14.744,78
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	13.818,90	1.518,08
Outros rendimentos e ganhos operacionais	122.235,04	103.352,79
	<u><u>170.399,47</u></u>	<u><u>244.424,77</u></u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Perdas por imparidade (Nota 17.1.)	65.216,09	29.278,12
Provisões (Nota 17.3.)	-	15.000,00
Impostos	46.435,69	49.778,14
Dívidas incobráveis	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	370,19	620,20
Perdas em inventários	-	7.297,90
Outros gastos e perdas operacionais	117.014,19	147.875,21
Gastos de depreciação e de amortização	441.928,09	451.462,23
	<u><u>670.964,25</u></u>	<u><u>701.311,80</u></u>

TM
JSL
JSL
JSL

22. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhos especializados	522.487,28	589.166,86
Publicidade e propaganda	14.208,48	14.766,14
Vigilância e segurança	82.926,15	92.310,81
Honorários	53.241,64	76.620,40
Conservação e Reparação	294.581,85	257.947,29
Serviço de agências noticiosas	274.051,26	270.093,23
Energia e fluidos	181.483,68	198.348,62
Deslocações, estadas e transportes	389.172,72	277.250,26
Rendas e alugueres	397.036,31	461.902,19
Comunicação	437.101,92	461.371,10
Seguros	54.726,21	51.507,21
Limpeza, higiene e conforto	83.626,56	103.377,07
Correspondentes e colaboradores	925.135,07	877.027,63
Outros (i)	157.900,71	170.039,25
	<u>3.867.679,84</u>	<u>3.901.728,06</u>

(i) Os custos relativos a 2013 incluem o valor da rubrica "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", decorrente da alteração da política contabilística relativa à classificação das existências (Nota 3.1.5.)

23. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações dos órgãos sociais	126.709,35	122.182,52
Remunerações do pessoal	8.192.121,66	8.636.640,15
Encargos sobre remunerações	1.713.302,77	1.817.838,28
Indemnizações	2.431,30	235.097,56
Outros custos com o pessoal	275.939,21	217.752,52
	<u>10.310.504,29</u>	<u>11.029.511,03</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de pessoal ao serviço foi de 221 e 222, respetivamente.

M
 JUC
 JUC
 JUC

24. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Juros e gastos similares suportados:</u>		
Com empréstimos bancários	(40.293,32)	(55.296,21)
Com leasing	(8.290,41)	(6.922,81)
Com outros financiamentos	-	-
	<u>(48.583,73)</u>	<u>(62.219,02)</u>
<u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>		
De depósitos	11.263,60	39.873,31
Outros	599,33	509,49
	<u>11.862,93</u>	<u>40.382,80</u>
Resultados financeiros	<u>(36.720,80)</u>	<u>(21.836,22)</u>

25. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o resultado por ação foi como segue:

	2014	2013
Número de ações	2.130.000,00	2.130.000,00
Resultado líquido	(802.415,11)	(1.017.804,49)
Resultado por ação	(0,38)	(0,48)

26. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas no período, com essas mesmas entidades, estão evidenciados no quadro seguinte:

Acionistas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Estado Português	0,00	13.200.483,00	13.200.483,00	0,00
Global Media Group	266.921,24	538.767,48	492.671,53	313.017,19
Global Notícias, Publicações	169.287,18	358.057,50	304.087,59	223.257,09
Global Notícias - Ag. Informação Imagem	4.424,31	4.143,87	4.885,56	3.682,62
Rádio Notícias (TSF)	68.335,47	106.975,93	108.329,12	66.982,28
Jornal do Fundão	4.158,88	5.102,54	7.214,77	2.046,65
Diário de Notícias do Funchal	9.487,35	38.276,40	41.329,85	6.433,90
Açormédia	11.228,05	26.211,24	26.824,64	10.614,65
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	121.502,95	478.778,22	409.320,07	190.961,10
Impresa Publishing, S.A.	27.933,60	106.540,11	98.852,92	35.620,79
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, S.A.	75.577,23	326.875,74	267.483,60	134.969,37
Medipress - Soc. Journalist. E Editor., Lda	17.992,12	45.362,37	42.983,55	20.370,94
NP - Notícias de Portugal, CRL	4.597,55	2.467,50	0,00	7.065,05
Publico - Comunicação Social, S.A.	15.767,25	113.704,92	111.024,11	18.448,06
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	58.292,18	443.275,58	380.108,24	121.459,52
O Primeiro de Janeiro, S.A.	81.832,79	0,00	0,00	81.832,79
Empresa do Diário do Minho, LDA.	1.558,26	18.699,12	17.140,86	3.116,52
	<u>550.472,22</u>	<u>14.796.175,82</u>	<u>14.610.747,81</u>	<u>735.900,23</u>

As remunerações do pessoal chave da gestão da empresa estão mencionadas na Nota 23. deste anexo e no ponto VI. - Remunerações do Relatório de Governo Societário.

27. Eventos subsequentes

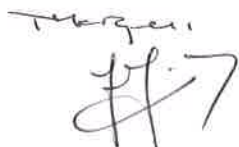

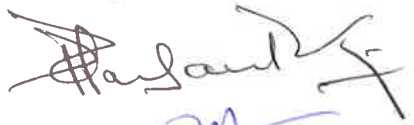

No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 11 de março de 2015, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Do mesmo modo, no entendimento do Conselho de Administração, não ocorreram após a data de balanço quaisquer eventos suscetíveis de proporcionar informação adicional justificativa da sua divulgação no presente Anexo.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

11 27
22
* *

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para o resultado líquido do exercício de 2014, que foi negativo no montante de 802.415,11 euros, o Conselho de Administração propõe a transferência para Resultados Transitados.

M JSL
 ↓ JZ
 * J

D – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

D1 – Objetivos de gestão, previstos no art.º 38.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Os objetivos de gestão, previstos no art.º 38.º do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro e definidos pelo acionista maioritário e pelo Conselho de Administração, foram cumpridos. A redução do valor do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, que vigora no triénio 2013-2015, não permitiu, contudo, a obtenção de um resultado líquido positivo.

D2 – Da gestão do risco financeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2014

- Taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	95.547,28	195.935,20	117.536,36	62.219,02	48.583,73
Taxa Média de Financiamento (%)	1,50%	5,09%	5,47%	5,56%	6,01%

- Passivo Remunerado

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos	1.019.749,85	696.036,39	-323.713,46	-31,74%
...dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00%
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Endividamento Ajustado	-	-	-	-

D3 – Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

- Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2013	2014	Var. (%) 2014/2013
Prazo (dias)	50	50	1,39%

TM JSC
JSA A
[Handwritten signature]

- Mapa da posição a 31/12/2014 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	284.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	284.709,91	0,00	0,00	0,00	0,00

D4 – Das diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2013

Em Assembleia Geral de 28 de março de 2014, o representante do Acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração:

- Promover a adoção de medidas tendentes a que a empresa alcance novamente o equilíbrio operacional; e
- Tomar as medidas necessárias tendo em vista a redução da dependência da sociedade das receitas provenientes do controlo de prestação de serviço público.

A Lusa, dentro dos condicionalismos já explicados neste relatório, seguiu as recomendações do acionista Estado.

D5 – Das remunerações

- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)		
				Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=[1]-(2)
2012-2014	Presidente	Vitor Miguel Rodrigues Braz	275,22	275,22	13,76	261,46
2012-2014	Vice-Presidente	Denise Mendes Costa	219,87	219,87	10,99	208,88
2012-2014	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	219,87	219,87	36,06	208,88

- Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma ¹⁾	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora (O/D)
2012-2014 (até 31-10-2014)	Presidente	Afonso Camões	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2012-2014	Vice-Presidente (não executivo)	Rogério Gomes	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2012-2014 (01-11 a 31-12-2014)	Vice-Presidente (executivo)	Rogério Gomes	Reunião CA	31-10-2014	n. a.	n. a.
2012-2014 (Renúncia a 28-04-2014)	Vogal (não executivo)	Graça Montalvão	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2014 (Início a 02-05-2014)	Vogal (não executivo)	José Carlos Lourenço	Reunião CA	02-05-2014	n. a.	n. a.
2012-2014 (Renúncia a 25-03-2014)	Vogal (não executivo)	Jorge Carreira	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.
2012-2014	Vogal (não executivo)	Paulo Saldanha	AG	27-03-2012	n. a.	n. a.

Legenda: ¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: origem/Destino

17 JSL
JZM
#

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identifica/n.a.]	[identifica/n.a.]	[Público/Privado]
Afonso Camões	n. a.	n. a.	n. a.
Rogério Gomes	n. a.	n. a.	n. a.
Graça Montalvão	n. a.	n. a.	n. a.
José Carlos Lourenço	n. a.	n. a.	n. a.
Jorge Carreira	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo Saldanha	n. a.	n. a.	n. a.

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais brutos (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Afonso Camões	n. a.	C	n. a.	n. a.
Rogério Gomes	n. a.	C	n. a.	n. a.
Graça Montalvão	n. a.	C	n. a.	n. a.
José Carlos Lourenço	n. a.	C	n. a.	n. a.
Jorge Carreira	n. a.	C	n. a.	n. a.
Paulo Saldanha	n. a.	C	n. a.	n. a.

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Out. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores*	Bruta após Reduções Remuneratórias
Afonso Camões	0,00	86.099,13	0,00	4.304,84	5.998,26	0,00	75.796,03
Rogério Gomes	0,00	14.838,81	3.500,00	916,94	1.409,68	0,00	16.012,19
Graça Montalvão	0,00	0,00	900,00	45,00	45,00	0,00	810,00
José Carlos Lourenço	0,00	0,00	2.700,00	135,00	0,00	0,00	2.565,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	900,00	45,00	0,00	0,00	855,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	3.600,00	180,00	0,00	0,00	3.420,00

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Afonso Camões	0,00	0,00	Seg. Social	18.001,56	423,80	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	382,21
Rogério Gomes	0,00	0,00	Seg. Social	3.802,90	60,04	0,00	Seguro acid. trab. e doenças prof.	59,76
Graça Montalvão	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	609,19	0,00	0,00	-	0,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	Seg. Social	203,06	0,00	0,00	-	0,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Afonso Camões	-	1.475,67	
Rogério Gomes	-	86,86	
Graça Montalvão	-	0,00	
José Carlos Lourenço	-	0,00	
Jorge Carreira	-	0,00	
Paulo Saldanha	-	0,00	

M JSL
JZL
P

Encargos com Viaturas									
Nome	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Valor Anual	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Afonso Camões	S	S	42.664,58 ⁽²⁾	Renting	2013	2016	646,28	6.462,80	22
Rogério Gomes	S	S	42.664,58 ⁽³⁾	Renting	2013	2016	646,28	1.292,56	22
Graça Montalvão	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Lourenço	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Carreira	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Saldanha	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: ⁽¹⁾ - aquisição: A/D, Leasing ou outra; ⁽²⁾ Viatura adstina ao Presidente até 31-10-2014 e ao Vice-Presidente (Executivo) entre 01-11 e 31-12-2014

Nome	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Afonso Camões	400 litros	4.590,28	2.431,35	1.469,40	735,30	
Rogério Gomes	400 litros	837,74	372,20	291,82	147,06	
Graça Montalvão	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
José Carlos Lourenço	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Jorge Carreira	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Paulo Saldanha	-	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Afonso Camões	5.199,27	2.955,84	683,57	taxas, vistos, seguro viagem, etc.	375,95	9.214,63
Rogério Gomes	275,75	1.817,00	0,00	-	0,00	2.092,75
Graça Montalvão	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
José Carlos Lourenço	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Jorge Carreira	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Paulo Saldanha	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00

- Fiscalização

- Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2012-2014	Presidente	Rui Filipe Gomes	AG	27-03-2012	1.056,29
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	AG	27-03-2012	1.312,50
2012-2014	Vogal	Pedro Braumann	AG	27-03-2012	845,13
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	AG	27-03-2012	-

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Rui Filipe Gomes	14.788,06	1.098,50	13.689,56
Susana Jesus	15.750,00	1.260,00	14.490,00
Pedro Braumann	11.831,82	878,93	10.952,89
J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-

- ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração Contratada (€)	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma ⁽¹⁾	Data		
2012-2014	Vogal e ROC efetivo	Susana Jesus	1338	AG	27-03-2012	1.312,50	-
2012-2014	Vogal e ROC suplente	J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	30	AG	27-03-2012	-	-

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho (D)

JSC
 JS
 JS

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Susana Jesus	15.750,00	1.260,00	14.490,00
J. M. Almeida, Saskia Lopes & Associados	-	-	-

- **Auditor Externo**

Não aplicável.

- **Restantes Trabalhadores**

A empresa aplicou as reduções remuneratórias aos trabalhadores e a sua suspensão em conformidade com:

- O art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013 (Lei do Orçamento de Estado para 2014), de 31 de dezembro, até 30 de maio de 2014;
- O Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional, de 30 de maio, que considerou inconstitucionais as reduções remuneratórias referidas no ponto anterior, entre 31 de maio e 12 de setembro de 2014;
- A Lei n.º 75/2014 (que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão), de 12 de setembro, a partir de 13 de setembro de 2014.

D6 – Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado, dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

D7 – Da Contratação Pública

No que respeita à contratação pública, a Lusa segue os preceitos definidos no Código dos Contratos Públicos (CCP), cumprindo as normas nele estabelecidas.

Os procedimentos de aquisição de bens e serviços são publicitados na plataforma da empresa, a saber, Vortalgov.pt, e no portal dos contratos públicos, www.base.gov.pt.

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011.

A empresa dispõe também de um Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços, que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

Handwritten notes:
 JSC
 JSC
 JSC

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

D8 – Medidas tomadas, no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação

A empresa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

D9 – Do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2014

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2014.

PRC	Cumprimento Identificar [S/N]	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2014/2013		Variação 2014/2010	
							Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA		357	-626	957	808	1.744	983		-1.387	
(1) CMVMC		0	0	76	86	104	0	0,00%	-104	-100,00%
(2) FSE		3.868	3.902	4.271	4.561	4.790	-34	-0,87%	-923	-19,26%
Deslocações/Estadas	N	389	277	387	386	400	117	40,37%	-11	-2,79%
Despesas de representação	N	21	17	38	28	36	-4	22,46%	-15	-42,24%
Comunicações	S	437	463	523	558	659	-24	-5,26%	-218	-33,26%
(3) Gastos com o pessoal		10.311	11.030	11.638	11.185	12.427	-719	-6,52%	-2.111	-16,99%
(3.1) dos quais Indemnizações	n.a.	2	235	1.778	253	153	-233	-98,97%	-150	-98,41%
(4) Total Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1)	S	14.176	14.696	14.205	15.576	17.163	-520	-3,54%	-2.987	-17,41%
(5) Volume de Negócios		14.594	14.311	19.485	19.387	19.213	283	1,98%	-4.619	-24,04%
Peso dos Gastos/VN (4)/(5)		97,13%	102,69%	72,90%	80,35%	89,33%	-	-	-	-
N.º de RH	N	264	264	267	251	254	0	0,00%	-30	-10,20%
N.º Efetivos		264	264	267	251	254	0	0,00%	-30	-10,20%
N.º Cargos de Direção		3	4	5	5	6	-1	-25,00%	-3	-50,00%
N.º Efetivos/Cargos de Direção		88	60	53	58	48	22	33,33%	39	79,59%
Viaturas										
N.º de viaturas		29	30	n.a.	n.a.	n.a.	-1	-3,33%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		139	159	n.a.	n.a.	n.a.	-17	-10,70%	n.a.	n.a.

Face ao exercício de 2010, a redução verificada no total de Gastos Operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal s/ indemnizações) foi de 17,4%, 2,4 p.p. acima da meta prevista. Devido à operação da agência e à realização de eventos extraordinários (Campeonato do Mundo de Futebol, Comemoração dos 40 anos do 25 de abril, realização de Eleições Europeias, acompanhamento a deslocações de governantes, etc.), não foi possível manter os gastos referentes a “Deslocações/Estadas” e “Despesas de representação” ao nível dos verificados em 2013.

A Lusa, entre 2012 e 2014, reduziu o efetivo em três elementos (-1,1%) incluindo dois cargos dirigentes (-40,0%). Como resultado do Programa de Saídas Voluntárias instituído no último trimestre de 2012, o efetivo foi reduzido em 30 elementos (-10,2%), incluindo três cargos dirigentes (-50,0%), entre 2010 e 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração era integrado por três membros, por efeito das renúncias do Presidente do Conselho de Administração e de um dos vogais, que não foram substituídos.

Handwritten notes and signatures:
 in
 JSL
 JZL
 J

D10 – Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Por Despacho n.º 2289/14-SET da Secretária de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

Assim, a Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio acima mencionado.

D11 – Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

Não aplicável.

D12 – Informação a constar no site do Sector Empresarial do Estado (SEE)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	24-04-2014	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011.
Caracterização da Empresa	S	24-04-2014	
Função de tutela e accionista	S	24-04-2014	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	04-12-2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	04-12-2014	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	04-12-2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	04-12-2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	04-12-2014	
Esforço Financeiro Público	S	25-02-2015	
Ficha Síntese	S	04-12-2014	
Informação Financeira histórica e actual	S	24-04-2014	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	24-04-2014	
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	24-04-2014	
Outras transações	N.A.		
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	S		
Económico	S	24-04-2014	
Social	S	24-04-2014	
Ambiental	S	24-04-2014	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	24-04-2014	
Código de Ética	S	24-04-2014	

Legenda:
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

Handwritten notes:
 JSC
 [Signature]
 [Signature]

D13 – Quadro de cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	E	N	N.A.		
Objectivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento:					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço hídrico e Informativo de Interesse Público	X			100%	
Redução dos gastos e perdas operacionais	X			100%	
Consolidação da Agência Multimédia	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro	X			Taxa média de financiamento em 2014: 6,01%	
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Diminuição de 32% nas dívidas a instituições de crédito (bancos e locadoras financeiras)	
Evolução do PMP a fornecedores	X			Manutenção do PMP.	
Divulgação das Atrasas nos Pagamentos ("Atrasas")	X			a página 60 deste Relatório	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
Promover a adoção de medidas tendentes a que a empresa alcance novamente o equilíbrio operacional	X			Embora o resultado operacional tenha sido negativo, de 85 mil €, o EBITDA foi positivo, na ordem de 357 mil euros.	
Tomar as medidas necessárias tendo em vista a redução da dependência da sociedade das receitas provenientes do controlo de prestação de serviço público	X			A empresa alcançou esse desiderato, como se demonstra pelo crescimento de 7,0%, ou 251 mil euros, nas receitas fora do Contrato de Prestação de Serviço Público	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	X				
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			13 079,72	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73.º da Lei 83-C/2013	X		X		
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			567 693,32	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos subarrendados a visto prévio do TC			X		
Auditorias de Tribunal de Contas			X		
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas	X				O parque automóvel é composto por 29 viaturas, menor que em 2013. Das 29 viaturas, 17 estão em regime de aluguer operacional.
Gastos com Viaturas	X			138.678,73	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei nº 83-C/2013)	X			Decréscimo de 16,0% face a 2010	
Gastos com pessoal	X				
Fornecimentos e Serviços Externos					
					Diminuição de 21,0% face a 2010
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei nº 83-C/2013)					
N.º de trabalhadores		X			Decréscimo de 1,12% face a 2012.
					No exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências (ponto 3.1.5). Para efeitos de comparabilidade, os Custos das Mercadorias Vendidas e das Mercadorias Consumidas referentes a 2010 foram incluídos no valor total dos Fornecimentos e Serviços Externos.
N.º de cargos dirigentes		X			A Lusa reduziu, entre 2010 e 2014, o efetivo em 30 elementos (-30,2%), como resultado do Programa de Saúde Voluntária implementado no último trimestre de 2012, incluindo três cargos dirigentes (-50,0%).
					A Lusa mantém um efetivo de cargos dirigentes adequado à sua estrutura. O Conselho de Administração eleito para o biênio de 2012-2014 era integrado por cinco membros, menos do que no mandato anterior. Em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração era constituído por três elementos, por renúncia do Presidente e de um vogal do Conselho de Administração, que não foram substituídos.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei nº 83-C/2013)			X		Por Despacho n.º 2289/14 SET da Secretária de Estado do Tesouro foi concedida à Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. a exceção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.

Handwritten notes:
 In
 JSC
 19/10
 [Signature]

E – GRELHA DE PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I.	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X		X		3	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		4	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais.		X		X		Não se aplica.
II.	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital.	X		X		5	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		5	
3.	Acordos parassociais.	X		X		5	
III.	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		6	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.		X		X		Não se aplica.
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.		X		X		Não se aplica.

JM
 JSC
 JSC
 JSC

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		18	
IV.	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		7	
2.	Identificação das deliberações acionistas.		X		X		
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado.	X		X		8	
2.	Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		8	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		8	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		8	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		25 e 49	
6.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração de participações patrimoniais que detenham na empresa.	X		X		Anexo III	
7.	Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.		X		X		Não se aplica.
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		9	

17
 Paul
 JSL
 2

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
9.	Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		8	
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		10	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização.	X		X		10	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		37 e 66	
4.	Funcionamento da fiscalização.		X		X		
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		10	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		11	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		11	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.		X		X		Não se aplica.
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.		X		X		Não se aplica.
2.	Política e periodicidade da rotação.		X		X		Não se aplica.
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		X		X		Não se aplica.
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		X		X		Não se aplica.

JM
 JSL
 22

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.	X		X		11	
2.	Comunicação de irregularidades.		X		X		
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		11	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		11	
2.	Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.		X		X		
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.		X		X		
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.		X		X		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.		X		X		
6.	Identificação dos principais tipos de riscos.		X		X		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.		X		X		
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.		X		X		
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		12	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		12	
3.	Planos de Ação para prevenir fraudes internas e externas.	X		X		13	
D.	Deveres especiais de informação						
1.	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita	X		X		13	

JM
 JW
 JLC
 J

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
2.	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		13	
E.	Sítio da Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		14	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral						
1.	Contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral.	X		X		14	
2.	Propostas de contratualização da prestação de serviço público.	X		X		14	
VI.	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		15	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesse entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade.	X		X		16	
3.	Declaração de independência dos membros do conselho de administração	X		X		Anexo II	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição.	X		X		16	
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		16	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		16	

TM
JAN
JUL
#

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.		X		X		Não se aplica.
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.		X		X		Não se aplica.
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.		X		X		Não se aplica.
6.	Regimes complementares de pensões.		X		X		Não se aplica.
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		16	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.		X		X		Não se aplica.
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.		X		X		Não se aplica.
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.		X		X		Não se aplica.
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		18	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		16	
VII.	Transações com partes Relacionadas e Outras						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.		X		X		
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		18	
VIII.	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		19	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		19	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.	X		X		19	

Handwritten notes:
 JM
 JSC
 JS

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
IX.	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações.	X		X		21	
2.	Outras informações.		X		X		

TM
JSC
J
R

F – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1.

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, e contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. O Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivos anexos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

2.

Durante o ano de 2014, a fiscalização na sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi assegurada pelo Conselho Fiscal, que integra a Vogal Revisora Oficial de Contas, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização acompanhou de forma continuada a evolução da atividade da sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal efetuou reuniões periódicas.

O Conselho Fiscal reuniu com a atual Presidente do Conselho de Administração, bem como com os seus antecessores, com o Diretor Financeiro e, bem assim, com diversos



dirigentes responsáveis por departamentos da Sociedade.

O Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e cumpre agradecer.

3.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Dra. Susana Rodrigues de Jesus, apresentado ao Conselho Fiscal a declaração de confirmação da independência do Revisor Oficial de Contas.

4.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal emitiu, em 30 de abril de 2014, em 30 de julho de 2014 e em 31 de outubro de 2014, os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, para cumprimento do disposto na alínea e) do n.º1 do Despacho n.º 14277/2008, de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de maio de 2008, publicado no Diário da República, II série, de 23 de maio de 2008, e do Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

5.

No final de 2014, as demonstrações financeiras da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., evidenciam um total de balanço de 12 350 289,93 euros e um total de capital próprio positivo de 5 440 086,79 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 802 415,11 euros.



O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório dos membros não executivos do Conselho de Administração sobre o desempenho individual dos gestores executivos, datado de 11 de março de 2015, em que se concluiu que, não obstante não haver contrato de gestão entre os gestores, os membros não executivos consideram que o Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado até 31 de outubro de 2014 e o Vice-Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado a partir de 1 de novembro de 2014, cumpriram, no exercício de 2014, as orientações e objetivos de gestão definidos para a empresa e que as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa são adequados.

6.

De acordo com o descrito no Relatório de Gestão, em 2014 a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi dispensada, pelo Despacho n.º 2289/14-SET, da Secretária de Estado do Tesouro, de observar o princípio da unidade de tesouraria que impõe a abertura e movimentação de uma conta junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

7.

A informação prestada no Relatório de Gestão cumpre o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado, designadamente o Art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo ao Relatórios de boas práticas de governo societário e as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2014.

No Relatório do Governo da Sociedade, a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., dedica um capítulo à análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.

PTJ

7

W

Em 2014 o Sítio da Internet da LUSA, assegurou a acessibilidade e a qualidade da informação disponibilizada, o que vai ao encontro dos requisitos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de disponibilização clara, relevante e atualizada.

8.

Cumpra, igualmente, referir, de acordo com as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas, que foram cumpridas as reduções das remunerações vigentes em 2014.

9.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legas das Contas emitida em 11 de março de 2015, pela Revisora Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases.

10.

Pela análise dos documentos de prestação de contas, nos quais se inclui a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e bem assim a Certificação Legal das Contas emitida, com a qual concordamos, verifica-se que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração descreve a evolução e o estado de gestão da Sociedade;
- b) A Certificação Legal das Contas se pronuncia sobre o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como sobre o correspondente anexo;
- c) Os documentos acima referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



PARECER

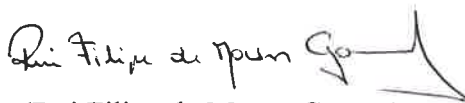
Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 11 de março de 2015

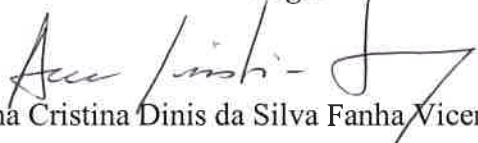
O CONSELHO FISCAL

Presidente



(Rui Filipe de Moura Gomes)

Vogal



(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

G – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

17
JSL
JAN
JH

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 12 350 289,93 euros e um total de capital próprio de 5 440 086,79 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 802 415,11 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

-
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de março de 2015

Susana Rodrigues de Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus